ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n.º 18/2024

Assembleia Legislativa de Alagoas

PROTOCOLO GERAL 1874/2024
Data: 14/08/2024 - Horário: 16:24
Legislativo

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS,
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
decreta:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado de Alagoas referente ao exercício financeiro de 2019, sob a gestão do Governador José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, conforme análise detalhada dos documentos apresentados nos Volumes I e II do Balanço Geral do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADUAL, em Maceió, de agosto de 2024.

PRESIDENTE

RELATOR

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

realizada foi de R\$ 9.213,5 milhões (um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior), enquanto a despesa realizada foi de R\$ 8.755,0 milhões (um crescimento de 1,8% comparado a 2018).

Considerações Finais

- **Gestão Fiscal Responsável:** A análise das demonstrações contábeis indica uma gestão fiscal responsável e eficiente, essencial para a sustentabilidade financeira do Estado de Alagoas.
- **Compromisso com a Responsabilidade Fiscal:** As ações de controle das despesas com pessoal e a melhoria na arrecadação refletem o compromisso do governo estadual com a responsabilidade fiscal e o cumprimento das normas legais.
- **Investimentos em Áreas Prioritárias:** O cumprimento dos limites constitucionais em educação e saúde assegura que recursos adequados sejam destinados a áreas prioritárias, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Recomendação

- **Aprovação das Contas:** Com base na análise detalhada e nos resultados positivos apresentados, recomenda-se a aprovação das contas do Estado de Alagoas para o exercício de 2019, conforme indicado no Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS

TAVARES, em Maceió, de agosto de 2024.

PRESIDENTE
RELATOR

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

- O resultado primário do Estado em 2019 foi de R\$ 1.000,9 milhões, representando um crescimento de aproximadamente 60% em relação ao ano anterior. Este aumento significativo demonstra a capacidade do Estado de gerar recursos suficientes para pagar seus encargos financeiros, contribuindo para uma trajetória sustentável da dívida pública.

3. Receita Corrente Líquida (RCL):

- A RCL apresentou um crescimento de 7,5% em 2019, alcançando R\$ 8.559,01 milhões. Este aumento na receita corrente é crucial para a saúde fiscal do Estado, refletindo uma gestão eficiente da arrecadação.

4. Despesa com Pessoal:

- Em 2019, a despesa com pessoal representou 44,71% da RCL, uma redução significativa em comparação aos 48,69% registrados em 2018. Esta redução é resultado de um esforço contínuo para controlar as despesas com pessoal, mantendo-as dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

5. Dívida Consolidada Líquida (DCL):

- A DCL totalizou R\$ 6.477,00 milhões em 2019, correspondendo a 75,7% da RCL. Este percentual é menor do que o registrado em 2018 (85,6%), indicando uma melhoria na gestão da dívida pública do Estado. A redução de 5% na DCL e o aumento de 7,5% na RCL resultaram em uma relação DCL/RCL mais favorável.

6. Limites Constitucionais:

- O Estado de Alagoas cumpriu as exigências legais para aplicação mínima em educação e saúde. Em 2019, foram aplicados 25,2% das Receitas Líquidas de Impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e 12,1% em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), atendendo aos mínimos constitucionais.

7. Execução Orçamentária e Financeira:

- A execução orçamentária de 2019 apresentou um crescimento nas receitas e controle das despesas, resultando em um superávit significativo. A receita

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Os quocientes de execução orçamentária mostram um desempenho positivo na arrecadação e execução das despesas, resultando em superávit orçamentário e eficiência na utilização dos recursos.

6.5. Análise do Balanço Financeiro

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

- **Metodologia:** Resultado Orçamentário ÷ Variação do Saldo em Espécie
- **2019:** 1,45 (Resultado Orçamentário: R\$ 567.239 mil; Variação do Saldo em Espécie: R\$ 390.112 mil)
- **2018:** 2,75 (Resultado Orçamentário: -R\$ 313.967 mil; Variação do Saldo em Espécie: -R\$ 114.064 mil)
- **Variação:** -47,17%

Resultado dos Saldos Financeiros

- **Metodologia:** Saldo que passa para o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior
- **2019:** 1,19 (Saldo que passa para o Exercício Seguinte: R\$ 2.419.469 mil; Saldo do Exercício Anterior: R\$ 2.029.357 mil)
- **2018:** 0,95 (Saldo que passa para o Exercício Seguinte: R\$ 2.029.357 mil; Saldo do Exercício Anterior: R\$ 2.143.421 mil)
- **Variação:** +25,92%

Execução Extra-orçamentária

- **Metodologia:** Recebimentos Extraorçamentários ÷ Pagamentos Extraorçamentários
- **2019:** 0,99 (Recebimentos Extraorçamentários: R\$ 6.164.499 mil; Pagamentos Extraorçamentários: R\$ 6.217.935 mil)
- **2018:** 1,03 (Recebimentos Extraorçamentários: R\$ 6.652.374 mil; Pagamentos Extraorçamentários: R\$ 6.450.663 mil)
- **Variação:** -3,87%

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

A análise do balanço financeiro mostra uma redução no quociente orçamentário do resultado financeiro, mas um aumento significativo nos saldos financeiros, indicando uma gestão eficiente dos recursos financeiros.

6.6. Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

- **Metodologia:** Variações Patrimoniais Aumentativas ÷ Variações Patrimoniais Diminutivas
- **2019:** 1,01 (Variações Patrimoniais Aumentativas: R\$ 75.840.379 mil; Variações Patrimoniais Diminutivas: R\$ 74.795.739 mil)
- **2018:** 1,00 (Variações Patrimoniais Aumentativas: R\$ 30.487.009 mil; Variações Patrimoniais Diminutivas: R\$ 30.483.494 mil)
- **Variação:** +1,38%

Este índice indica que o Estado teve um superávit patrimonial no exercício de 2019, com um pequeno crescimento em relação a 2018.

6.7. Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Quociente do Impacto Patrimonial pelas Atividades Operacionais

- **Metodologia:** Caixa Líquido Gerado nas Operações ÷ Resultado Patrimonial
- **2019:** 1,03 (Caixa Líquido Gerado nas Operações: R\$ 1.075.741 mil; Resultado Patrimonial: R\$ 1.044.640 mil)
- **2018:** 267,31 (Caixa Líquido Gerado nas Operações: R\$ 939.668 mil; Resultado Patrimonial: R\$ 3.515 mil)
- **Variação:** -99,61%

Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida

- **Metodologia:** Caixa Líquido Gerado nas Operações ÷ Total do Passivo

B

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

- **2019:** 0,09 (Caixa Líquido Gerado nas Operações: R\$ 1.075.741 mil; Total do Passivo: R\$ 11.544.509 mil)
- **2018:** 0,08 (Caixa Líquido Gerado nas Operações: R\$ 939.668 mil; Total do Passivo: R\$ 11.176.675 mil)
- **Variação:** +10,83%

Quociente das Atividades Operacionais

- **Metodologia:** Caixa Líquido Gerado nas Operações ÷ Total da Geração Líquida de Caixa
- **2019:** 2,76 (Caixa Líquido Gerado nas Operações: R\$ 1.075.741 mil; Total da Geração Líquida de Caixa: R\$ 390.112 mil)
- **2018:** -8,24 (Caixa Líquido Gerado nas Operações: R\$ 939.668 mil; Total da Geração Líquida de Caixa: -R\$ 114.064 mil)
- **Variação:** -133,47%

A análise da demonstração do fluxo de caixa mostra um aumento na capacidade de amortização da dívida e na geração líquida de caixa pelas atividades operacionais, refletindo uma gestão eficiente dos recursos operacionais.

V. CONCLUSÃO

A análise detalhada das demonstrações contábeis do Estado de Alagoas para o exercício de 2019 demonstra uma gestão fiscal sólida e eficiente, conforme evidenciado pelos seguintes pontos:

1. Superávit Orçamentário:

- Em 2019, o Estado de Alagoas alcançou um superávit orçamentário de R\$ 4.585 milhões, revertendo o déficit de R\$ 1.582 milhões registrado em 2018. Este resultado positivo é um reflexo do aumento de 9,2% na receita total, combinado com um crescimento controlado de 1,8% nas despesas totais.

2. Resultado Primário: